



A IMPORTÂNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA LUTA PELO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS): UM RECORTE DO FÓRUM DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO

Licya Viviane de Sousa Costa
Mariana Amaral Paiva Brito

RESUMO: Este artigo é um convite à reflexão de como se dá a Reforma Sanitária, a criação do Sistema Único de Saúde, a influência dos movimentos sociais, com ênfase no Fórum de Saúde do Rio de Janeiro. Apresentando as formas de militância que acontece dentro deste espaço suprapartidário, que nasceu em 2009, no período de grande ataque as políticas de saúde, como por exemplo, a entrada das organizações sociais no Rio de Janeiro.

PALAVRAS CHAVES: movimentos sociais; fórum de saúde; SUS; reforma sanitária.

ABSTRACT: This paper is an invitation to ponder on how the “Reforma Sanitária” social movement occurred, as well as the creation of the “Sistema Único de Saúde” (SUS - National Health System), and the influence of social movements, with emphasis on the Rio de Janeiro Health Forum. Presenting the characteristics of activism within this nonpartisan organization, created in 2009 amidst major attacks on health policies, such as the funding of private social organizations in Rio de Janeiro.

KEYWORDS: Social movements; health forum; sus; health reform.

APRESENTAÇÃO:

O presente artigo é fruto de reflexões a cerca dos movimentos sociais dentro dos anos 2000, faremos um breve resgate histórico sobre a reforma sanitária e como procedeu a construção do Sistema Único de Saúde. Visa contribuir para a luta por uma saúde pública, 100% estatal e de qualidade, fazendo com que gere reflexões acerca da marginalização dos movimentos sociais, assim como existe uma polarização ideológica na sociedade que vivemos atualmente (2017).

Este artigo está estruturado em três itens: o primeiro faz um resgate sobre movimentos sociais e a saúde, o segundo aborda o contexto histórico da Reforma Sanitária e o SUS e no terceiro apresentaremos o Fórum de Saúde do Rio de Janeiro.

MOVIMENTOS SOCIAIS E A SAÚDE

O termo “movimento social” foi definido na década de 1960, a Ciências Sociais o definiu como lutas em torno de “problemas sociais”, a chamada “questão social”, os movimentos se articulam de forma coletiva e substancial para a conquista de direitos, como podemos identificar a luta na saúde e direitos reprodutivos, dentro dos movimentos de saúde brasileiro, por exemplo, a luta em 1970 pela Reforma Sanitária, a luta pelo Sistema Único de Saúde com o desdobramento da 8ª Conferência Nacional de Saúde em 1986, gerando o projeto de Lei 8080/90, que se transformou em lei pós Constituição Federal de 1988.

As articulações e o arcabouço teórico de diversos cursos no Brasil, como a saúde coletiva e o serviço social, assim como o movimento sanitário, são marcos fundamentais para as lutas dos tempos atuais. Abordaremos neste artigo, a respeito do Fórum de Saúde do Rio de Janeiro, que nasce em 2009, numa luta travada contra o desmonte da política de saúde do Rio de Janeiro, com isso é importante frisar:

Os movimentos sociais têm em comum o fato de apontarem os problemas fundamentais da desigualdade e das injustiças sociais. Movimentos sociais são aqueles que lutam por projetos, significados e orientações que levem a uma



sociedade mais justa. Diferentemente do que ocorreu em outros períodos da história brasileira, temos um retrocesso na compreensão da importância dos movimentos sociais. Atualmente, os movimentos sociais são frequentemente "criminalizados" pelo poder público e pela mídia (imprensa, rádio, televisão e internet) que influencia grande parte da sociedade e difunde como "absoluta verdade" as opiniões das grandes corporações das quais dependem por meio da publicidade e com as quais se identifica em termos de valores. Essas opiniões objetivam reforçar os interesses de quem tem poder e colaboram para a manutenção das injustiças sociais, inclusive para que os investimentos do dinheiro público beneficiem mais quem já tem muito. (TOLEDO, 2013, p.5)

Na conjuntura atual, com ataques frequentes a política pública aqui em especial tratará da saúde, a luta a qual o Fórum trava é fundamental, assim como cabe resgatar a historicidade da luta pela saúde, que vem desde os anos 70/80, consolidando toda esta luta com a consolidação do Sistema Único de Saúde em 1988, no ano de 2018 o SUS completará 30 anos, com muita luta, resistência e história.

REFORMA SANITÁRIA E O SUS

A Reforma Sanitária no Brasil se deu nos meados dos anos 70, através de mobilizações e lutas, mesmo na ditadura (período onde ocorreu muita repressão e censura no país)¹. Nesta conjuntura, o movimento sanitário se articula e elabora pautas, como por exemplo, o fortalecimento do setor público, afastando o privilegiamento do setor privado. Com este avanço no movimento podemos perceber que a década de 80, teve uma importante mobilização política, mesmo com o recrudescimento na economia, e nesse momento se tem uma importante movimentação na saúde coletiva e também no Serviço Social, que ampliam o debate sobre políticas sociais e Estado, baseado no marxismo.

Cabe ressaltar um marco na história da luta pela saúde:

Em 1986, aconteceu a 8ª Conferência Nacional de Saúde, que é o marco histórico mais importante na trajetória da política de saúde neste país. Reuniu cerca de 4.500 pessoas, sendo mil delegados, para discutir os rumos da saúde no país. O temário teve como eixos: "Saúde como direito e cidadania", "Reformulação do Sistema Nacional de Saúde" e "Financiamento Setorial". Foi aprovada nesta Conferência a bandeira da Reforma Sanitária, bandeira esta configurada em proposta, legitimada pelos segmentos sociais representativos presentes ao evento. O relatório desta conferência, transformado em recomendações, serviu de base para a negociação dos defensores da Reforma Sanitária na reformulação da Constituição Federal. (BRAVO & MATOS, 2014, p. 33)

Com estes desdobramentos, tivemos o fortalecimento para uma construção de um Sistema Único de Saúde que tem o tripé: universalidade, integralidade e igualdade, de acordo com a Lei 8080/90 os seguintes princípios:

- Integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema;
- Preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral;
- Igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie;
- Direito à informação, às pessoas assistidas, sobre sua saúde;
- Divulgação de informações quanto ao potencial dos serviços de saúde e a sua utilização pelo usuário;

¹Ver mais: "A Ditadura do Grande Capital" – Otávio Ianni



- Utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades, a alocação de recursos e a orientação programática;
- Participação da comunidade;
- Descentralização político-administrativa, com direção única em cada esfera de governo:
 - a) ênfase na descentralização dos serviços para os municípios;
 - b) regionalização e hierarquização da rede de serviços de saúde;

Constatamos que a Reforma Sanitária foi precursora para o desdobramento no que tange a conquista legal do SUS, contudo, esta conquista seria inviabilizada caso não houvesse articulação dos movimentos sociais.

FÓRUM DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO

Dentro de toda essa narrativa, nos cabe salientar a trajetória histórica do Fórum de Saúde do Rio de Janeiro: O Fórum de Saúde do Rio de Janeiro existiu no período de 2005 a 2006, em face da Crise da Saúde no Rio de Janeiro. Em 2007, transformou-se em Fórum em Defesa do Serviço Público e Contra as Fundações de Direito Privado. Este foi o caminho de unidade encontrado pelo movimento para intervir no processo de tramitação do Projeto de Lei que autoriza a criação de Fundações Estatais de Direito Privado na Saúde, para gerir 24 hospitais. Mesmo após a aprovação e sanção da Lei este espaço se manteve buscando a participação de outros movimentos sociais, especialmente nas áreas futuramente afetadas pelo projeto de fundações que segue em discussão no Congresso Nacional - o Projeto de Lei Complementar (PLP) 92/07².

A principal ação de resistência articulada e organizada conjuntamente pelas entidades que compunham o Fórum consistiu no Ato Político Contra as Fundações Estatais de Direito Privado e em Defesa da Saúde Pública, realizado no dia 7 de abril de 2008, na ALERJ, que contou com a participação de cerca de seiscentos participantes de diversas forças políticas.

Este Fórum, no segundo semestre de 2008, desdobrou-se no Movimento Unificado dos Servidores Públicos Estaduais (MUSPE), a fim de unificar a luta dos servidores públicos estaduais e com a proposta de ampliar para os demais servidores: federais e municipais.

Em janeiro de 2009, foi criado o Fórum de Saúde do Rio de Janeiro para dar seguimento à luta dos sujeitos sociais em defesa da saúde pública. Sua elaboração não pretendia fragmentar as ações efetivadas pelo MUSPE, mas sim articular-las de forma a se organizar um espaço de debate no que tange à saúde, os movimentos sociais e a academia.

A votação do Projeto das Organizações Sociais (OSs) e Organização da Sociedade Civil, votado em 2009, pela Assembleia Legislativa e Câmara dos Vereadores, exigiu que uma posição fosse tomada por parte do Fórum de Saúde do Rio de Janeiro. Dessa forma, o Manifesto em Defesa do Sistema Único de Saúde e Contra a Privatização foi lançado, contando com a assinatura de diversas entidades.

Com a ampliação das OSs em diversos estados do Brasil, foi elaborada uma articulação entre os Fóruns de Saúde do Rio de Janeiro, Paraná, Alagoas, São Paulo e

² Este PLP prevê a criação de fundações estatais de direito privado, atuando no desenvolvimento de atividades sem fins lucrativos, que não sejam exclusivas do Estado e não exijam o exercício do poder de autoridade. Também prevê a gestão dos Hospitais Universitários através da mudança da natureza jurídica dos hospitais, possibilitando inclusive a contratação de pessoal para as fundações estatais de direito privado de acordo com as regras previstas na Consolidação das Leis Trabalhistas e não mais pelo regime jurídico único.



Londrina, com objetivo de compor uma Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde. Sendo assim, a articulação através da frente entre os diversos Fóruns é fundamental para a construção de um espaço que promova a resistência frente às medidas regressivas no que diz respeito aos direitos sociais e que contribua para a elaboração de uma mobilização voltada para a implementação do Projeto de Reforma Sanitária, construído no Brasil na década de oitenta.

Dentro da academia, por termos abertura para falarmos de um movimento como fórum que abriga projetos de extensão, como o Projeto de Políticas Públicas de Saúde (PPPS) que está presente no fórum através do eixo extensão, fazendo assessoria a este movimento social desenvolvendo a formação técnica e política aos movimentos sociais, através de seminários, produção textual e debates. O projeto visa fortalecer os movimentos sociais na construção de um setor de saúde público democrático e de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Assim, cabe salientar a importância dos movimentos e sua relevância histórica para compreendermos os ataques e as criminalizações do presente, com os passos da luta histórica da Reforma Sanitária, compreendendo que existem dois projetos em disputa dentro da saúde, o da Reforma Sanitária e o Privatista (Bravo e Mattos, 2001), com isso o presente artigo salienta a importância dos movimentos sociais na luta pelo modelo da Reforma Sanitária, em destaque o Fórum de Saúde do Rio de Janeiro que levanta as seguintes bandeiras a favor do Sistema Único de Saúde:

O aprimoramento do modelo de financiamento do SUS através das seguintes medidas: o financiamento efetivo para as Políticas Sociais, com a retomada dos princípios que regem o Orçamento da Seguridade Social; lutar contra a manutenção da DRU (desvinculação das receitas da união) de 20% dos recursos destinados aos setores sociais; regulamentação da Emenda Constitucional 29, que estabelece critérios e percentuais para financiamento das ações e serviços de saúde, enquanto se reconstitui o financiamento integrado da Seguridade Social compatível com as necessidades sociais; implementação de mecanismos de alocação equitativa que considere as diferenças loco-regionais e as variáveis sócio-epidemiológicas; ampliação da efetividade e a equidade na alocação dos recursos de investimento em saúde; ampliação do desenvolvimento tecnológico e inovação em equipamentos, insumos, métodos e processos de saúde pública. Fortalecer a capacidade reguladora estatal de incorporação tecnológica de insumos e equipamentos; Fortalecimento efetivo do parque tecnológico público de produção de medicamentos e insumos estratégicos em saúde, e do marco regulatório sobre as indústrias privadas, nacionais e multinacionais.

Mesmo com o avanço da privatização na saúde, o Fórum de Saúde do Rio de Janeiro, vem em defesa dos direitos sociais, pela participação da sociedade nas políticas públicas, lutando para que o Estado seja realmente democratizado e continua atuando para fortalecer a defesa da saúde pública no Rio de Janeiro.

Frente a todos os ataques, o Fórum de Saúde se mostra presente como um movimento social suprapartidário que continuará lutando contra todos os ataques frente a população carioca e levando para mesmas informações de como a privatização do SUS é prejudicial tanto ao usuário quanto o trabalhador do SUS.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

BRASIL CAMÉRA DOS DEPUTADOS. Projeto de lei complementar n.92/2007. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileq/integras/597335.pdf>



BRASIL Ministério da Saúde. Legislação do SUS. Lei n.8.080/1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm

BRAVO, M.I.S;MATOS, M.C. Reforma Sanitária e Projeto Ético-Político do Serviço Social: elementos para o debate. In: BRAVO, Maria Inês Souza. Saúde e Serviço Social. São Paulo: Cortez: Rio de Janeiro: UERJ, 2012

_____. Organização do **Caderno de Saúde. A mercantilização da saúde em debate: As organizações sociais no Rio de Janeiro**. Rede Sirius. Rio de Janeiro, 2015.

_____. **A Política de Saúde no Brasil**: trajetória histórica. In: Capacitação para Conselheiros de Saúde- textos de apoio. Rio de Janeiro: UERJ/DEPEXT/NAPE, 2001.

Toledo, Luciano Medeiros de (Org.) Movimentos sociais e saúde. Rio de Janeiro, ENSP/FIOCRUZ, 2013. Disponível em: <http://www6.ensp.fiocruz.br/movimentos-sociais/wp-content/uploads/Caderno-Movimentos-Sociais-e-Sa%C3%BAde.pdf>